

PROGRAMAS SOCIAIS: INCENTIVO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS BRASILEIROS

Maria Angélica Magalhães Lopes; UNIDERP-MS; angelicaonze.lopes@gmail.com
Alessandro Marco Rosini; UNIDERP-MS/UNIVAG-MT; alessandro.rossini@yahoo.com
Denise Renata Pedrinho; UNIDERP-MS; denise.pedrinho@cogna.com.br
Angelo Palmisano; UNIVAG-MT; angelopalmisano@uol.com.br

RESUMO

Esse Boletim Técnico examina a relação entre as políticas públicas para pequenos produtores rurais no Brasil e os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança). O objetivo desse trabalho é identificar como essas políticas promovem práticas agrícolas sustentáveis, inclusão social e boa governança. Os incentivos financeiros, técnicos e sociais direcionados aos pequenos produtores rurais fortalecem o desenvolvimento sustentável e a economia rural. Esses produtores enfrentam desafios significativos, como dificuldades de acesso a crédito, assistência técnica e infraestrutura, que limitam sua sustentabilidade. É importante destacar a importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, inclusão social e preservação ambiental no Brasil. Os resultados mostram que programas como PRONAF, PAB, PNAE e Bolsa Verde contribuem para maior estabilidade financeira, acesso ao mercado e promoção da sustentabilidade. Conclui-se que essas políticas são essenciais para promover a equidade, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

Palavras-chave: sustentabilidade; inclusão social; políticas públicas.

Data de recebimento: 24/05/2025

Data do aceite de publicação: 10/06/2025

Data da publicação: 30/06/2025

SOCIAL PROGRAMS: INCENTIVE FOR SMALL BRAZILIAN RURAL PRODUCERS

ABSTRACT

This Technical Bulletin examines the relationship between public policies for small rural producers in Brazil and ESG (Environmental, Social and Governance) principles. The objective is to identify how these policies promote sustainable agricultural practices, social inclusion and good governance. Financial, technical and social incentives targeted at small rural producers strengthen sustainable development and the rural economy. However, these producers face significant challenges, such as difficulties in accessing credit, technical assistance and infrastructure, which limit their sustainability. It is important to highlight the importance of family farming for food security, social inclusion and environmental preservation in Brazil. The results show that programs such as PRONAF, PAB, PNAE and Bolsa Verde contribute to greater financial stability, market access and the promotion of sustainability. It is concluded that these policies are essential to promote equity, food security and sustainable rural development in Brazil.

Keywords: sustainability; social inclusion; public policies.

1 INTRODUÇÃO

As práticas sustentáveis demandam a adoção de ações responsáveis nos pilares econômico, social e ambiental, resultado de uma série de esforços interdisciplinares de gestores e setores diversos. Este tema é de interesse global, uma vez que almeja a redução das desigualdades sociais, econômicas e ambientais (Huerta et al., 2018).

A abordagem ESG (Ambiente, Social e Governança) se consolidou a partir da evolução das práticas de responsabilidade corporativa e do investimento ético, respondendo às crescentes demandas de consumidores, investidores e reguladores por maior sustentabilidade e transparência nas operações empresariais. Assim, o ESG tornou-se um elemento central nas estratégias de investimento, impulsionado por uma maior conscientização global, regulamentações mais rigorosas e uma demanda por práticas empresariais responsáveis (Kamakaula, 2024).

Dentro desse contexto, as políticas públicas voltadas para pequenos produtores rurais no Brasil se relacionam diretamente com o conceito de ESG por meio da promoção de práticas agrícolas sustentáveis, inclusão social e boa governança. Tais políticas, alinhadas ao ESG, incentivam a adoção de métodos de produção que preservam o meio ambiente e facilitam o acesso a mercados, crédito e assistência técnica, contribuindo para a redução das desigualdades. Além disso, promovem maior transparência e organização entre os produtores, facilitando o acesso a financiamentos que sustentam essas práticas e reforçam o desenvolvimento rural (Pasqualotto et al., 2019).

No entanto, os pequenos produtores rurais no Brasil enfrentam desafios significativos. Apesar de representarem a maioria dos estabelecimentos agropecuários do país, eles lidam com dificuldades de acesso a crédito, tecnologia e assistência técnica. Adicionalmente, fatores como a regularização fundiária, infraestrutura precária e condições climáticas adversas impactam diretamente a produção. Vale destacar que a diversidade de atividades agropecuárias praticadas por esses pequenos produtores é uma característica essencial, evidenciando sua importância para a economia e a segurança alimentar do país (Santos; Bálsamo, 2024).

Existem, para esses agricultores, diversas políticas de incentivo, como crédito rural, isenção de impostos, programas de financiamento e estímulos à produção sustentável, além de iniciativas específicas voltadas à agricultura familiar. Tais políticas visam garantir direitos e apoio financeiro para a produção, promovendo o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais e assegurando a inclusão e a sustentabilidade dos produtores (Haverroth, 2022).

Dessa forma, esta nota técnica apresenta um panorama dos programas de incentivo e desenvolvimento de práticas sustentáveis aplicáveis aos pequenos produtores rurais brasileiros. Em sequência, são expostas de maneira objetiva as estratégias para o acesso a políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável.

O objetivo deste trabalho é identificar como essas políticas promovem práticas agrícolas sustentáveis, inclusão social e boa governança.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Abordagem Metodológica

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa para examinar as políticas públicas brasileiras direcionadas ao desenvolvimento da agricultura familiar, com foco nas suas implicações para a sustentabilidade e inclusão social e econômica dos pequenos produtores rurais. A pesquisa foi fundamentada na análise documental e na revisão da literatura, buscando conectar referências teóricas sobre práticas sociais, ambientais e de governança às políticas públicas implementadas no Brasil.

Levantamento de Dados

Os dados foram coletados através de documentos oficiais, análise de leis, decretos e programas governamentais relacionados à agricultura familiar e políticas de incentivo, como o Programa Garantia de Preços Mínimos (GPM), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Programa Alimenta Brasil (PAB). Foram utilizadas fontes governamentais e publicações da Comissão de Agricultura nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Como literatura acadêmica foram feitas revisão de artigos, teses e publicações que abordam temas como sustentabilidade e inclusão social no contexto do desenvolvimento rural. Para isso, foram utilizados bancos de dados acadêmicos e bibliotecas digitais.

Análise dos Dados

A análise dos dados seguiu um processo de categorização, permitindo a identificação de características das políticas públicas, detalhamento das iniciativas existentes e seus objetivos, incluindo proteção da renda dos pequenos agricultores e promoção de práticas sustentáveis. Impactos sociais e econômicos, com avaliação dos desafios enfrentados pelos pequenos produtores em relação ao acesso a crédito, tecnologia e assistência técnica. A formas de acesso com mapeamento dos canais disponíveis para que pequenos agricultores acessem as políticas públicas, identificando barreiras e oportunidades.

CrITÉRIOS de Inclusão

Os programas selecionados foram baseados em sua relevância para a agricultura familiar e foram avaliados segundo: A promoção de práticas agrícolas sustentáveis; O fortalecimento da inclusão social e econômica dos agricultores; A proteção ambiental.

Procedimentos Metodológicos

Foi realizada uma análise documental abrangente das políticas públicas em vigor, complementada por uma pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados acadêmicas,

como Scielo e Web of Science. A revisão da literatura facilitou a compreensão dos conceitos e teorias relacionados às políticas agrícolas. Além disso, foram consultados 30 sites institucionais, como os do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que são fundamentais para a organização e execução de políticas de incentivo.

Justificativa para a escolha dos métodos

A escolha de uma abordagem qualitativa e exploratória justifica-se pela necessidade de compreender as nuances das políticas públicas voltadas à agricultura. A análise documental, conforme sugerido por Greenhalgh (1997), é eficaz para entender o contexto legal que orienta essas políticas. A pesquisa bibliográfica complementa essa análise, proporcionando uma base teórica robusta e atualizada.

Assim, a metodologia adotada possibilitou uma análise aprofundada das políticas públicas, contribuindo para a discussão sobre o seu papel no desenvolvimento rural sustentável e na inclusão dos pequenos agricultores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas públicas e agricultura familiar

A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social do Brasil, especialmente nas áreas rurais, onde é responsável por uma parte significativa da produção de alimentos e pela manutenção da segurança alimentar do país. Reconhecendo a importância desse setor, o governo brasileiro tem implementado diversas políticas públicas voltadas para o fortalecimento e a sustentabilidade da agricultura familiar. Essas políticas visam não apenas incentivar a produção agrícola, mas também promover a inclusão social, a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Entre as principais iniciativas, destacam-se o Programa Garantia de Preços Mínimos (GPM), que protege os agricultores contra a volatilidade dos preços; a Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), focada na promoção do desenvolvimento sustentável das áreas rurais; e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que oferece condições favoráveis de financiamento para pequenos produtores. É importante mencionar que a ênfase na proteção econômica dos agricultores é crucial para a estabilidade desse setor.

Além disso, programas como o Programa Alimenta Brasil (PAB) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenham papéis cruciais ao conectar a produção agrícola familiar com a segurança alimentar, garantindo que alimentos de qualidade cheguem à população vulnerável e aos estudantes da rede pública de ensino. Esta intersecção entre agricultura e assistência social é um aspecto positivo a ser destacado.

Outras políticas, como o Seguro Rural e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), oferecem proteção financeira aos agricultores contra perdas causadas por eventos climáticos adversos. Simultaneamente, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Bolsa Verde visam melhorar a produtividade e as condições de vida dos agricultores, promovendo a sustentabilidade social e ambiental. A articulação entre assistência técnica e apoio financeiro é uma estratégia eficaz para o desenvolvimento rural.

Esse conjunto de políticas públicas reflete um compromisso com o desenvolvimento integral da agricultura familiar, reconhecendo seu papel central na economia rural brasileira e na construção de um futuro mais sustentável e equitativo para todos. Para fortalecer ainda mais esse compromisso, seria interessante explorar a integração com iniciativas de comercialização

e valorização dos produtos da agricultura familiar, além de fomentar parcerias com organizações não governamentais e o setor privado.

Programa Garantia de Preços Mínimos (GPM)

O Garantia de Preço Mínimo (GPM) é uma política pública brasileira que visa proteger pequenos e médios agricultores da volatilidade dos preços agrícolas. Essa política assegura uma renda mínima aos produtores quando os preços de mercado caem abaixo de um patamar previamente estabelecido. Ao abranger uma variedade de produtos essenciais, o GPM contribui para a estabilização da renda dos agricultores, incentiva a produção agrícola e promove a segurança alimentar, desempenhando, assim, um papel crucial na sustentabilidade econômica das comunidades rurais. Através de mecanismos como a compra direta e a subvenção econômica, o programa fortalece a agricultura e protege os agricultores contra riscos financeiros (Negrisolo; Amorim, 2022).

Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)

A Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) visa promover o desenvolvimento sustentável nas áreas rurais, integrando os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Com foco na inclusão social, diversificação econômica e melhoria da infraestrutura, a PNDR busca reduzir as desigualdades regionais e elevar a qualidade de vida das populações rurais, em especial dos pequenos produtores e das comunidades tradicionais.

Essa política incentiva a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, a participação ativa da comunidade e a descentralização das ações políticas. O objetivo é transformar as áreas rurais em territórios dinâmicos e sustentáveis, preservando ao mesmo tempo os recursos naturais e as tradições culturais (Mendes, 2023).

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é uma iniciativa voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar, que oferece condições favoráveis por meio do financiamento de projetos e atividades relacionadas ao setor. O programa disponibiliza linhas de crédito com condições especiais, como taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento ajustados à realidade dos pequenos produtores rurais. Além disso, o PRONAF proporciona assistência técnica e extensão rural, o que contribui para a capacitação e a melhoria da produção. Essa abordagem não só favorece a inclusão social, mas também fortalece a economia local (Schinatto; Carrara, 2021).

Programa Alimenta Brasil (PAB)

O Programa Alimenta Brasil (PAB), lançado em 2021 para substituir o antigo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tem como objetivo principal fortalecer a agricultura familiar e garantir o acesso a alimentos de qualidade para pessoas em situação de vulnerabilidade. O PAB realiza compras diretas de produtos de pequenos agricultores a preços justos, assegurando um mercado estável para sua produção e promovendo a inclusão social, bem como o fortalecimento da economia rural.

Com uma estrutura simplificada e menos burocrática, o programa facilita a participação de agricultores familiares e das instituições beneficiadas, que incluem escolas, creches, hospitais e outras organizações que atendem populações em risco alimentar, como comunidades indígenas, quilombolas e pessoas em situação de rua. Além de apoiar a agricultura familiar, o Programa Alimenta Brasil desempenha um papel crucial na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Os alimentos adquiridos são distribuídos a pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para uma alimentação saudável e diversificada. O programa também incentiva

práticas agrícolas sustentáveis e a produção de alimentos que respeitam as especificidades culturais e regionais. A gestão descentralizada do PAB permite que estados e municípios adaptem sua implementação às necessidades locais, tornando-o uma ferramenta eficaz no combate à fome e na promoção do desenvolvimento sustentável em todo o país (Lopes, 2023).

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma iniciativa do governo brasileiro que visa garantir o acesso à alimentação saudável e de qualidade para os estudantes da rede pública de ensino. Para alcançar esse objetivo, o programa realiza a compra de produtos diretamente de agricultores familiares, o que incentiva a produção local e promove o desenvolvimento sustentável. Além de assegurar a oferta de alimentos, o PNAE também enfatiza a educação alimentar e nutricional, contribuindo para a formação de hábitos saudáveis entre crianças e adolescentes. Assim, o programa não apenas apoia os produtores rurais, mas também beneficia a comunidade escolar (Troian; Breitenbach, 2020; Paula et al., 2023).

Seguro Rural e Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO)

O Seguro Rural e o PROAGRO oferecem proteção contra perdas decorrentes de eventos climáticos, como secas, enchentes e granizos. Além disso, esses instrumentos asseguram cobertura para prejuízos causados por problemas fitossanitários, incêndios e furtos no campo. Essa proteção proporciona segurança e estabilidade financeira aos agricultores, permitindo que continuem a investir em suas atividades, sem o temor de perderem seus patrimônios em situações imprevistas (Mendes, 2023).

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)

A PNATER tem como objetivo oferecer suporte técnico aos produtores rurais, visando aumentar tanto a produtividade quanto a eficiência no campo. Por meio de ações, como treinamentos, capacitações e acompanhamento técnico, a PNATER busca promover o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias. Essa estratégia fortalece a agricultura familiar e proporciona melhores condições de vida aos produtores. Além disso, a PNATER atua na disseminação de tecnologias e práticas sustentáveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente e a adoção de métodos eficientes na produção agrícola (Santos; Bálamo, 2024).

Programa Bolsa Verde

Instituído pela Lei n.º 12.512, de 2011 (BRASIL, 2011), como parte do programa Brasil Sem Miséria, o Bolsa Verde foi concebido para promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável em áreas rurais de extrema pobreza. Durante sua fase inicial (2011-2016), o programa ofereceu pagamentos trimestrais, principalmente na região amazônica, incentivando a preservação dos recursos naturais.

Revitalizado em 2023 pelo Decreto n.º 11.635 (BRASIL, 2023), o Bolsa Verde ampliou os valores dos pagamentos e incluiu novas categorias de beneficiários, como comunidades tradicionais e assentamentos da Reforma Agrária. Além da transferência de renda, o programa proporciona assistência técnica e apoio voltado à conservação ambiental, ressaltando seu caráter socioeconômico e ambiental.

A melhoria nas condições de vida das famílias em situação de extrema pobreza, que habitam áreas rurais protegidas, ocorre por meio da oferta de uma renda complementar. Essa iniciativa reduz a vulnerabilidade econômica dessas famílias, garantindo acesso a recursos essenciais para a satisfação de suas necessidades básicas. Além disso, o Bolsa Verde promove a inclusão social, integrando comunidades isoladas em uma política que valoriza seu papel na

preservação ambiental. Ao incentivar práticas sustentáveis, o programa fortalece o vínculo de essas comunidades com suas terras e costumes (Santos; Balsámo, 2024).

Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável do setor agrícola no Brasil está intrinsicamente ligado ao suporte oferecido aos pequenos produtores rurais, que representam a base da agricultura familiar e são fundamentais para a segurança alimentar e a economia rural do país. Para promover o fortalecimento desse setor, o governo brasileiro implementou uma série de programas de políticas públicas com foco em fornecer incentivos econômicos, apoio técnico e proteção social aos pequenos produtores.

Cada um desses programas desempenha um papel crucial na vida dos agricultores familiares, oferecendo recursos que variam desde financiamento com condições favoráveis até assistência técnica e proteção contra riscos climáticos. Além de estimular a produção agrícola, essas iniciativas impactam diretamente a qualidade de vida nas áreas rurais, promovendo inclusão social, preservação ambiental e sustentabilidade econômica das comunidades.

O quadro 1 a seguir apresenta uma visão geral dos principais programas de políticas públicas brasileiros direcionados aos pequenos produtores rurais. Neste quadro, são descritos os incentivos oferecidos por cada programa, seu impacto social e as formas de acesso disponíveis para os agricultores. Essa análise busca oferecer uma compreensão clara e abrangente das oportunidades disponíveis para os pequenos produtores, evidenciando como essas políticas públicas contribuem para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil.

QUADRO 1 - Principais Programas de Políticas Públicas Brasileiras para Pequenos Produtores Rurais: Incentivos, Impactos Sociais e Formas de Acesso

Programa	Descrição do Incentivo	Impacto Social	Como Acessar
Garantia de Preços Mínimos (GPM)	Assegura um preço mínimo para produtos agrícolas, protegendo os agricultores familiares da volatilidade dos preços no mercado.	Garante uma remuneração mínima para os agricultores, incentivando a produção e reduzindo o risco financeiro.	O acesso se dá por meio das agências do Banco do Brasil e cooperativas agrícolas que operam com o programa, além de consultas ao site do Ministério da Agricultura.
Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER)	Fornecer assistência técnica e extensão rural gratuita aos agricultores familiares, visando o aprimoramento das práticas agrícolas, a gestão da propriedade rural e o acesso à informação.	Aumenta a produtividade, diversifica a produção, agrega valor aos produtos, promove a sustentabilidade ambiental e a inclusão social.	Pode ser acessado através dos escritórios locais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ou pela Secretaria de Agricultura de cada estado.
Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR)	Orienta o desenvolvimento rural sustentável no país, promovendo a inclusão social, a geração de renda, a preservação ambiental e a valorização da cultura rural.	Melhora a qualidade de vida no campo, gera empregos, fortalece a agricultura familiar e promove o desenvolvimento local sustentável.	Acesso por meio dos programas específicos implementados por estados e municípios, com coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.
Programa Bolsa Verde	Transfere renda para famílias que residem em áreas de preservação ambiental, em troca da realização de atividades de proteção ambiental.	Estimula a cidadania e práticas sustentáveis, contribuindo para a erradicação da pobreza e a proteção ambiental.	As famílias podem se cadastrar no CadÚnico e acessar o programa pelo site do Ministério do Meio Ambiente ou diretamente com as prefeituras locais.
Programa Nacional	Oferece crédito rural com	Gera renda, promove a	Pode ser acessado em

ARTIGO TÉCNICO
PROGRAMAS SOCIAIS: INCENTIVO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS BRASILEIROS

da Agricultura Familiar (PRONAF)	juros subsidiados e prazos mais longos para agricultores familiares, permitindo investimentos em produção, infraestrutura e comercialização.	inclusão financeira, fixa a população no campo, apoia a sucessão familiar na agricultura e combate à pobreza rural.	agências bancárias que operam com crédito rural, como Banco do Brasil, Caixa Econômica e bancos cooperativos.
Programa Alimenta Brasil (PAB)	Promove o acesso à alimentação e incentiva a agricultura familiar com a compra de alimentos produzidos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.	Incentiva hábitos alimentares saudáveis, valoriza a produção local e apoia a comercialização de produtos da agricultura familiar.	Acesso por meio das Secretarias de Agricultura e Desenvolvimento Social estaduais e municipais, além do site oficial do programa.
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Adquire produtos da agricultura familiar para a alimentação dos alunos em escolas públicas, fomentando a produção local e a segurança alimentar.	Gera renda para agricultores familiares, promove o escoamento da produção, combate a fome e a desnutrição, e valoriza a agricultura familiar.	O acesso é coordenado pelas secretarias de educação municipais e estaduais, com inscrição através de chamadas públicas.
Programa Garantia Safra	Garante condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sujeitos à perda de safra por estiagem ou excesso hídrico.	Reduz os prejuízos relacionados a adversidades climáticas, assegurando uma renda mínima aos produtores afetados.	Pode ser acessado através das Secretarias de Agricultura municipais e estaduais, com inscrição nas prefeituras locais e cadastramento no CadÚnico.
Reforma Agrária	Distribui terras para famílias sem-terra, promovendo o acesso à terra, a produção de alimentos e a justiça social no campo.	Combate a concentração de terras, gera renda, promove a inclusão social, o desenvolvimento local e a segurança alimentar.	O acesso é feito via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que coordena a seleção e distribuição das terras.
Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)	Oferece recursos financeiros para investimentos no ciclo produtivo, bens e serviços voltados para a produção rural.	Estimula investimentos para o desenvolvimento da produção agrícola e o fortalecimento econômico dos produtores rurais.	O acesso se dá por meio de instituições financeiras que operam com crédito rural, como Banco do Brasil, Caixa Econômica e cooperativas de crédito.

Fonte: Os autores (2025)

Integração de Sustentabilidade Ambiental e Promoção Social na Agricultura

A sustentabilidade ambiental na produção agrícola é fundamental para promover o bem-estar social, tanto das comunidades produtoras quanto dos consumidores. A implementação de práticas agrícolas sustentáveis, como o uso eficiente de recursos naturais e a redução do uso de agrotóxicos (Micheletti, 2022), desempenha um papel crucial nesse contexto.

Pequenos agricultores, por exemplo, contribuem significativamente para a saúde pública ao garantir que os alimentos sejam seguros e livres de contaminantes nocivos. Além disso, ao adotarem práticas sustentáveis, eles ajudam a criar empregos no setor agrícola, promovem a segurança alimentar e fortalecem as economias locais. Esses fatores são vitais para a redução da pobreza e para a construção de sociedades mais equitativas e inclusivas (Oliveira; Pacheco, 2023).

A adoção de técnicas de agricultura de conservação, como a rotação de culturas e o cultivo mínimo, também é essencial, pois contribui para a preservação do solo e a redução da

erosão. A busca e a criação de políticas de incentivos voltadas para a sustentabilidade ambiental na produção agrícola são imprescindíveis para proteger os recursos naturais. Essas políticas asseguram que as futuras gerações tenham acesso a um ambiente saudável e produtivo, perpetuando os benefícios sociais por meio de uma agricultura responsável e resiliente (Micheletti, 2022).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os programas mencionados desempenham um papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável, da inclusão social e da segurança alimentar no Brasil, especialmente nas áreas rurais. Ao fornecer suporte financeiro, técnico e logístico a agricultores familiares e comunidades vulneráveis, tais programas fortalecem a economia rural e contribuem para a conservação ambiental, além de melhorar as condições de vida no campo.

Essas iniciativas são essenciais para a redução da pobreza, o combate à desigualdade e a garantia de práticas agrícolas sustentáveis e resilientes diante dos desafios climáticos e econômicos. A acessibilidade e a eficácia desses programas são cruciais para o sucesso das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural. Portanto, a continuidade desses incentivos é vital para o futuro da agricultura familiar e para a construção de um país mais justo e sustentável.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n.º 11.635, de 16 de agosto de 2023. Altera o Decreto n.º 7.572, de 28 de setembro de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de agosto de 2023.

BRASIL. Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.ºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de outubro de 2011.

HAVERROTH, C. Políticas Públicas em Agroecologia. **Revista Ambientes em Movimento**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 53-61, 2022. Disponível em: <<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/am/article/view/5700>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

HUERTA, M. D. C. Z.; CAMCHONG, P. U.; RIVERA, I. R. El desarrollo sostenible como política pública: Caso Gobierno Autónomo Descentralizado de Quito. **Regions & Cohesion**, New York, v. 8, n. 3, p. 45-69, 2018. <https://doi.org/10.3167/reco.2018.080304>

KAMAKAULA, Y. Sustainable Agriculture Practices: Economic, Ecological, and Social Approaches to Enhance Farmer Welfare and Environmental Sustainability. **West Science Nature and Technology**, Jakarta, v. 2, n. 2, p. 47-54, 2024. <https://doi.org/10.58812/wsnt.v2i02.964>

LOPES, I. D. Contribuições e limitações do PRONAF na percepção de atores sociais locais em Passo Fundo/RS. **DRd-Desenvolvimento Regional em Debate**, Canoinhas, v. 13, p. 122-147, 2023. <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4662>

MENDES, C. E. T. Análise da subvenção concedida pelo Governo Federal brasileiro para o seguro rural. **Revista Jurídica Profissional**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 17-33, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/rjp/issue/view/5075/2787>>. Acesso em: 25 ago. 2024.

MICHELETTI, I. T. S. **Energia solar fotovoltaica e o desenvolvimento rural sustentável: estudo de caso no município de Francisco Alves - Paraná**. 2022. 82f. Dissertação (Mestrado em Bioenergia) — Universidade Federal do Paraná, Palotina.

NEGRISOLO, D. H.; AMORIM, D. I. M. Derivativos como instrumento de proteção para o Agronegócio—Foco em Câmbio. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 11, n. 12, p. 1-18, 2022. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v11i12.34609>

OLIVEIRA, L. C.; PACHECO, C. S. G. R. Agroecologia e Justiça Ambiental no Semiárido: Dialogando sobre desigualdades socioambientais. **Peer Review Journals**, Cambridge, v. 5, n. 20, p. 397-413, 2023. <http://dx.doi.org/10.53660/1083.prw2633>

PASQUALOTTO, N.; KAUFMANN, M. P.; WIZNIEWKY, J. G. **Agricultura familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Santa Maria: UFSM, NTE, 2019. 115p.

PAULA, S. D. R.; SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, S. P.; ALVES, F.; VALADARES, A. A. **A inserção da agricultura familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar: Impactos na renda e na atividade produtiva**. Brasília: IPEA, 2023. n. 2884. 40p. <http://dx.doi.org/10.38116/td2884-port>

SANTOS, V. B.; BÁLSAMO, R. **Acesso ao crédito rural por agricultores familiares**. 2024. 17f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Agronomia) — Centro Universitário ICESP, Brasília.

SCHINATTO, A. G. C.; CARRARA, A. F. Acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): um estudo para o assentamento primavera, Rondonópolis-MT. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Brasília, v. 41, n. 2, p. 422-446, 2021. <http://dx.doi.org/10.29327/soberebpc2021.342775>

TROIAN, A.; BREINTENBACH, R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Santana do Livramento (RS): Desafios para a adequação à Lei dos 30%. **Redes: Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 570-589, 2020. <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.14848>

ARTIGO TÉCNICO
PROGRAMAS SOCIAIS: INCENTIVO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS BRASILEIROS